



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

Eixo temático: Política Social e Serviço Social

**Sub-eixo: Crise, trabalho e tendências contemporâneas das políticas sociais no
capitalismo**

A UTILIZAÇÃO DAS FERRAMENTAS SOCIODIGITAIS PELA NOVA DIREITA E AS AMEAÇAS PARA A DEMOCRACIA E PARA AS POLÍTICAS SOCIAIS

ANNA JÚLIA MEDEIROS LOPES GARCIA¹

RESUMO

A nova direita por meio da fusão do neoliberalismo e neoconservadorismo avança no cenário político com a combinação de velhas ações antidemocráticas, mas também com novas formas de dominação. Para refletir sobre a democracia e direitos, busca-se compreender o Estado, a crise estrutural do capital, a ofensiva neoconservadora e as ferramentas digitais como via de desinformação e ameaça à democracia.

Palavras-chave: nova direita; políticas sociais; democracia; plataformas sociodigitais.

ABSTRACT

The new right, through the fusion of neoliberalism and neoconservatism, advances on the political scene with a combination of old anti-democratic actions, but also with new forms of domination. To reflect on democracy and rights, we seek to understand the State, the structural crisis of capital, the neoconservative offensive and digital tools as a means of disinformation and a threat to democracy.

Keywords: new right; social policies; democracy; sociodigital platforms.

INTRODUÇÃO

Há um processo em curso em diversos países do centro do capitalismo como também nas periferias, de avanço de movimentos neoconservadores e a transformação de suas estratégias de

¹ Universidade de Brasília



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

dominação política, econômica, social e cultural. A informação e a tecnologia são utilizadas como grandes armas da nova direita para a propagação do ódio à política e à democracia, e desqualificação do Estado e tudo que é público. Essa reorganização conservadora utiliza de uma combinação de elementos e ideologias de valorização do mercado, da ordem, da coerção, do resgate de valores tradicionais, autoritários e violentos, e da desvalorização e criminalização da política, da cidadania, da participação social e da democracia por meio da disseminação de notícias falsas como estratégia eleitoral e política. Está na ordem do dia compreender as novas formas de organização política da direita e o valor da informação, sua funcionalidade para o capitalismo e as inovadas formas de expropriação por meio das ferramentas sociodigitais.

A tecnologia, que não é neutra, não só é utilizada como mecanismo de dominação para a reprodução do capital nas plataformas sociodigitais, como também é aplicada como instrumento de desmantelamento do regime democrático. No Brasil, as ferramentas sociodigitais foram utilizadas, deliberadamente e de forma bastante articulada, como estratégia de disseminação de fake news no preparo e efetivação do golpe instituído em 2016 contra a presidenta Dilma Rousseff, sob o manto do "combate à corrupção", e que se estruturou e avolumou ao ponto de avançar do golpe de governo para tentativa de golpe às instituições democráticas, no dia 08 de janeiro de 2023. Demier (2017) chama a atenção que o golpe de 2016 foi um golpe de governo e não do regime político, no entanto, o regime democrático foi severamente fragilizado e ameaçado, o que propiciou a intensificação da crise e a abertura à política do ódio.

A tentativa de golpe à democracia no 08 de janeiro de 2024 evidenciou a necessidade de compreender as fragilidades e potencialidades da democratização, os fundamentos e as formas de organização da nova direita e as estratégias de criação e disseminação de conteúdos falsos e mentirosos como uma potente arma política e eleitoral. É importante compreender as ferramentas sociodigitais e a crise das fake news não como causas singulares da degradação da democracia, mas como consequência de um processo estrutural e profundo de renovação das estratégias de valorização do capital (MOROZOV, 2018).

Para analisar as formas contemporâneas de usurpação dos direitos sociais pelo capital consolidado pela nova direita e as implicações para a democracia e para as políticas sociais, torna-se necessário compreender as funções do Estado burguês no estágio tardio do capitalismo, a composição da crise estrutural do capital e o compartilhamento dos custos, assim como os fundamentos da reorganização neoconservadora e suas estratégias políticas. Behring e Boschetti (2007, p.43) indicam que "o estudo das políticas sociais deve considerar sua múltipla causalidade,



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

as conexões internas e as relações entre suas diversas manifestações e dimensões", para isso, o caminho investigativo de pesquisa deve compreender as dimensões históricas, dinâmicas e estruturais da sociedade, com a análise da realidade e sua complexidade sob diversas dimensões. Por meio das contextualizações e interpretações da totalidade, da contradição e da mediação, o estudo parte de reiteradas e sucessivas aproximações ao objeto para desvendar a aparência e as dimensões que não são facilmente notadas, visíveis, e que precisam ser reveladas para explicar o real (NETTO, 2011; IANNI, 2011).

1. Estado, crise estrutural do capital e políticas sociais

O Estado, fruto da divisão social do trabalho, possui papel de garantir a reprodução da estrutura social de classe e relações de produção. Sua função, de acordo com Mézáros (2009), é garantir e conservar os interesses de classe da burguesia, preservar a ordem política e social e atuar sobre as crises que são inerentes à própria acumulação capitalista. Mandel (1982) indica que o Estado atual burguês possui três principais funções, sendo elas: a promoção das condições gerais de produção; a repressão a qualquer ameaça à ordem dominante; e a integração da classe dominada ao sistema de exploração para garantir que a ideologia da classe dominante permaneça em exercício. Para garantir a efetivação de tais funções, o Estado aparece de forma mistificada como neutro e representante dos interesses gerais e universais, como árbitro entre as classes sociais. Se constitui como centro de poder político e objetiva a preservação da existência social do capital e sua valorização e para manutenção e adaptação das estruturas socioeconômicas.

É importante sinalizar que, apesar da expressão hegemônica no Estado ser a garantia da reprodução capitalista, a classe subalterna consegue pressionar na garantia de algumas conquistas de direitos, como as políticas sociais. Portanto, na análise do Estado é sempre relevante avaliar o caráter das ações, identificar a correlação de forças, a direção política e os interesses que impulsionam e beneficiam tais ações. Mandel (1982, p. 339) expõe que há outra ampliação das funções do Estado burguês no estágio tardio do capitalismo:

É uma consequência de três características importantes do capitalismo tardio: a redução da rotação do capital fixo, a aceleração da inovação tecnológica e o aumento enorme do custo dos principais projetos de acumulação de capital [...] O resultado dessas pressões é uma tendência do capitalismo tardio a aumentar não só o planejamento econômico do Estado como também aumentar a socialização estatal dos custos.

O autor buscou explicar a terceira fase do desenvolvimento do capitalismo, a partir da segunda guerra mundial, e apontar que o crescimento econômico e a estabilidade pós-guerra



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

tinham os dias contados e que "as leis fundamentais de movimento e as contradições inerentes do capital não apenas continuam a operar, mas na realidade encontram sua expressão mais extrema no capitalismo tardio" (MANDEL, 1982, p.4). O padrão de acumulação fordista-keynesiano que desde o fim da segunda guerra em 1945 sustentava a expansão capitalista, na década de 1970 apresentou os sinais de esgotamento a partir da queda da taxa de lucro e do crescimento econômico.

Mandel (1990) considera que constituiu, a partir da década de 1970, a crise estrutural do capital com abrangência global e permanente. O que se pode vislumbrar a partir da teoria de Marx (2013) é que o sistema capitalista possui dinâmica contraditória que o coloca propenso a crises, que nada mais são que os limites da sua própria forma de ser. Na perspectiva deste diálogo, István Mészáros (2009) discorre que se trata de uma crise profunda e global, enraizada na lógica e nas contradições do capitalismo, ou seja, não é temporária ou episódica, e sim permanente. Os autores buscam traçar aspectos que caracterizam a crise estrutural diferente das crises anteriores do capital. Mandel (1990) sinaliza que há duas "escolas" que explicam as crises: uma explica pelo subconsumo das massas e outra pela superacumulação, no entanto, o que o autor pondera que é um erro a separação monocausal dos elementos, visto que são indissociáveis.

A crise apresenta particularidades no contexto dos países de economia periférica dependente. Osório (2014, p. 205) sinaliza que há dois processos que definem tais particularidades: 1- "a condição dependente das formações sociais em que se constitui" e 2- "o significado da particular modalidade de exploração no capitalismo dependente – a superexploração –, que determina as relações entre classes, frações e setores". Desse modo, identifica-se que, devido à condição de país periférico no capitalismo, as implicações da crise estrutural do capital iniciada em 1970 que se alastrou pelo mundo entre 2007 e 2009 chega ao Brasil em 2015/2016. A partir desse período, observa-se que os custos da crise são transferidos para a classe subalterna por meio da ofensiva sobre o trabalho e os direitos sociais conquistados historicamente. Há o desmantelamento das políticas sociais e um redirecionamento da intervenção estatal para garantir os interesses da burguesia, dessa forma, identifica-se a intensificação da expropriação como medida necessária do capital.

As políticas sociais, de acordo com Behring e Boschetti (2011), fazem parte do processo e resultado de relações contraditórias entre Estado e sociedade civil na produção e reprodução das relações sociais no capitalismo. As autoras destacam que é importante vislumbrar o caráter contraditório das políticas sociais, visto que, no âmbito econômico, assumem função de garantir a



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

reprodução e valorização da força de trabalho e o consumo; Já na perspectiva política, as políticas sociais para a classe trabalhadora assumem função de responder às necessidades básicas e garantir o consenso. Desse modo, observa-se que as políticas sociais são utilizadas para garantir o mínimo de condições para a classe subalterna para que não afete a reprodução do capital

Além da noção de contradição, as políticas sociais devem ser observadas a partir da perspectiva de totalidade, de movimento histórico que se dá pela articulação entre elementos sociais, políticos, econômicos e culturais de movimento do Estado e das classes sociais. É preciso compreender que o desenvolvimento das políticas sociais no mundo foi diferenciado entre os países pelo grau de desenvolvimento do capitalismo, pelas formas de organização da classe trabalhadora e pela expressão política do Estado (BEHRING; BOSCHETTI, 2011). Devem ser compreendidas como efeito dinâmico da inter-relação entre Estado e classes sociais em suas correlações de força.

No capitalismo contemporâneo, verifica-se a supressão dos direitos sociais e a subtração das condições materiais que possibilitam a venda da força de trabalho para garantir a subsistência da classe trabalhadora, dessa forma, Fontes (2010) caracteriza como um processo de expropriação de direitos. Mota (2018) e Harvey (2004) consideram que há uma combinação entre exploração do trabalho e espoliação material e social, quer dizer que, além da usurpação dos meios de trabalho e de vida, o capitalismo amplia a exploração do trabalhador através de estratégias atualizadas para garantir a valorização e reprodução do capital.

A unidade dos eixos exploração e espoliação amplia a superexploração do trabalho nos países periféricos e dependentes, cujas expropriações contemporâneas são a expressão política e material do processo de usurpação do fundo público pelo capital [...] e da exploração dos trabalhadores, incidindo diretamente nas conquistas civilizatórias, tornadas incompatíveis com os modos de ser e viver dos assalariados na altura do capitalismo do século XXI, por mandato das classes dominantes (MOTA, 2018, p. 171)

Desse modo, observa-se que o capitalismo atualiza suas formas, meios e espaços de capturar da classe trabalhadora o lucro e como forma de socializar os custos da crise. Fontes (2011, p, 45) afirma que: “as expropriações contemporâneas se tornaram agressivas e potencialmente ilimitadas, ao converter características humanas, sociais ou elementos da natureza em potenciais mercadorias”. No Brasil, com a reorganização e ascensão neoconservadora, o que se constata é a intensificação das expropriações de direitos sociais por meio da desregulamentação do trabalho, da expropriação dos mecanismos públicos de proteção social e da mercantilização de bens e serviços que anteriormente foram direitos sociais garantidos

por meio de políticas sociais (MOTA, 2018). É preciso, portanto, analisar esse movimento da direita e suas estratégias de dominação, que foram atualizadas nos últimos anos.

2. A reorganização e ofensiva neoconservadora no Brasil

Os setores democráticos têm analisado os movimentos conservadores e os qualificado de diferentes formas suas expressões, como "nova direita", "extrema direita", "ultraneoliberalismo", "fascismo", "neofascismo", "protofascismo", dentre outras. Na análise da reorganização conservadora, este estudo pauta-se na compreensão de que há em curso na política brasileira um movimento de ascensão da nova direita. Trata-se de um conjunto de princípios, ideais e práticas da fusão de elementos neoliberais de supremacia do mercado e destruição de políticas sociais, no âmbito econômico, e de elementos neoconservadores estruturados no fundamentalismo religioso, patriotismo e moralismo, no âmbito político e social PEREIRA (2016); PEREIRA-PEREIRA (2020).

O que a nova direita traz de novo para a arena política brasileira são novas formas de atuação, novos cenários, e também novas conjunturas, apesar de, por vezes, os sujeitos articuladores e atuantes do movimento neodireita e seus discursos serem os mesmos. Pereira (2016) destaca que esse movimento é de fusão do neoliberalismo e do neoconservadorismo, que possuem valores contraditórios e conflitantes, mas que se unem para formar um novo formato político de direita da seguinte forma:

A defesa neoliberal do livre mercado; do indivíduo; da liberdade negativa; da auto responsabilização e da proteção mínima aliou-se à argumentação conservadora em favor da autoridade do Estado (governo forte); da disciplina e da ordem; da hierarquia; da subordinação e do resgate de valores tradicionais como família patriarcal, propriedade privada, patriotismo, bons costumes e moral (PEREIRA, 2016, p. 120).

Em solo brasileiro, o movimento da nova direita começa a se articular e ganha maior expressão a partir de 2013, quando milhares de pessoas saíram às ruas em manifestações, organizadas sobretudo pelo meio online por meio das redes sociais, para reivindicar a atuação do governo Dilma. Inicialmente a pauta de reivindicação foi o preço das passagens dos transportes públicos, mas as pautas logo foram cooptadas pela nova direita que se articulou em torno do projeto de "combate à corrupção" e oposição aos gastos do Estado com as políticas sociais. Por trás da bandeira de mobilização principal que era a luta contra a corrupção, pressupostos neoliberais de desqualificação das organizações políticas partidárias, da política brasileira, do Estado e a demonização das políticas sociais foram disseminados (Filgueiras e Duck, 2019;



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

Demier, 2017). Desse fato, o que chama a atenção é a capacidade de mobilização das direitas ao colocar milhares de pessoas às ruas, movimento que sempre foi protagonizado pelos movimentos sociais progressistas, mas também o caráter quase que inédito de utilização das redes sociais para ampliação do alcance da mobilização em torno daquele projeto político.

A agitação política propiciada em 2013 com as jornadas de junho repercutiu na disputa eleitoral para a Presidência da República em 2014, quando Dilma Rousseff do Partido dos Trabalhadores (PT) derrotou, com pouco mais de 51% dos votos, Aécio Neves do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB). A nova direita, insatisfeita com o resultado expresso nas urnas, acirrou a polarização e iniciou um movimento de desconfiança e questionamento das urnas eletrônicas e da democracia no país.

Em 2016, com a articulação entre os poderes legislativo, judiciário, da grande mídia e do mercado, o governo eleito foi deposto em um processo contraditório e polêmico. A derrubada de uma presidenta eleita em um processo comprovadamente ilegal, sem crime de responsabilidade fiscal, marca a fragilização e desmantelamento do experimento democrático no Brasil (MIGUEL, 2016). A Constituição de 1988, apesar de não revogada, funciona de forma irregular e deturpada, nos termos de Miguel (2019).

Michel Temer, do Movimento Democrático Brasileiro (MDB), interinamente assume após o golpe a presidência e aplica uma agenda neodireitista - neoliberal e neoconservadora. Neoliberal na economia, o Congresso Nacional liderado por Temer no Poder Executivo aprovou uma série de medidas contrarreformistas - com a justificativa de um desenvolvimento econômico por meio do ajuste fiscal - como exemplos principais a Emenda Constitucional nº 95, que congelou gastos públicos destinados aos direitos sociais, como saúde, assistência social, educação, e a contrarreforma trabalhista, que submete a classe trabalhadora ao trabalho desprotegido e em condições precarizadas. Já as medidas neoconservadoras de Temer foram centradas nas forças da arbitrariedade, do fundamentalismo religioso, do ódio à diversidade, da criminalização dos movimentos sociais, da aversão ao pensamento crítico e à ciência, entre outras.

Todo o processo de retrocesso à democratização, às políticas sociais e aos direitos sociais foi intensificado com a eleição de Jair Messias Bolsonaro à Presidência da República no ano de 2018. Foi por meio de uma articulada estrutura de desinformação, de construção e disseminação de fake news que Bolsonaro se elegeu presidente. Com a utilização de discursos históricos da direita no Brasil contra a corrupção, contra a ameaça comunista, em defesa de Deus, da família, da pátria e dos "cidadãos de bem", a nova direita conseguiu eleger sua figura de maior



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

personificação e representação da política de fusão neoliberal, neoconservadora e com tendências neofascistas da história do país. Melo (2023) ressalta que, desde a redemocratização, Bolsonaro foi o primeiro a explicitamente demarcar sua representação da direita brasileira e conseguir formar maioria absoluta das vagas na Câmara dos Deputados.

Em consonância com a política já iniciada por Temer, Bolsonaro conduziu uma política de ódio, preconceito, militarização, articulação miliciana, violência, perseguição aos movimentos sociais, prisões arbitrárias, assassinatos políticos, e negação da ciência, do pensamento crítico e da participação social. Desfinanciou programas internacionalmente reconhecidos, como o Bolsa Família, e substituiu por programas de improviso, sem estudos e articulação com a rede socioassistencial, o que, dentre outras ações de ataque às políticas sociais, ampliou o cenário já agravado de desigualdades sociais e miséria. Todas as medidas foram construídas conjuntamente com a base política formada por representantes dos evangélicos, dos ruralistas e dos milicianos, denominada bancada “BBB” bíblia, boi e bala, que representam o moralismo cristão, a repressão policial e o latifúndio. Pereira sinaliza como a nova direita se expressa:

É no seio do desprezo ao coletivo e às causas comuns, no repúdio às massas, ao povo e aos argumentos bem fundamentados, que ganham força o individualismo exacerbado, a meritocracia, o ódio ao diferente e as soluções de problemas personalizadas, como a justiça com as próprias mãos, o armamento individual, as "carteiradas", as amizades influentes e a corrupção e, conseqüentemente, avança à direita e endurece a direita que avança (PEREIRA, 2020 p. 120)

O que se constata, portanto, é que a nova direita tem ganhado força e expressão política no Brasil. Atualiza as formas de dilapidação de direitos por meio do sucateamento e desfinanciamento das políticas sociais, da fragilização do regime democrático com a retração e extinção de espaços participativos de ação democrática e do alicerçamento nos elementos ideopolíticos reacionários e de ódio.

3. As estratégias de desinformação e os impasses para a democracia

O regime político democrático brasileiro vive, nos termos de Avritzer (2016; 2019), um movimento pendular, que se alterna entre deslocamentos entre a expansão e a regressão democrática. Isso porque a democracia, com seu potencial de participação e tensionamento político das vozes da classe trabalhadora, pode apresentar alguma ameaça para as classes dominantes, dessa forma, os grupos hegemônicos buscam instrumentalizá-la para manutenção dos interesses do capital. É importante perceber, como pontua Pereira (2020), que a democracia, mesmo que da forma meramente instrumental, nunca foi bandeira dos neodireitistas, no entanto, os defensores do mercado são "coagidos por um clima progressista e acabam de determinados



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

contextos históricos dissimulando uma falsa aura democrática expressa em discursos moderados" (PEREIRA, 2020, p.127). Percebe-se, portanto, que a democracia é apenas tolerada pela classe burguesa, ou seja, quando não mais conveniente, as forças jurídicas, políticas e midiáticas são articuladas para o reordenamento, como exemplo as tentativas e concretizações de golpes. A autora destaca ainda que:

A democracia, sob o jugo neodireitista, torna-se mera prática ocasional - e ilusória, vale ressaltar - de concessão de autorizações a terceiros; a participação popular vai se restringindo ao voto em eleições periódicas. No entanto, mesmo o ato de votar tem sido esvaziado de significado político sólido, já que as supostas decisões de eleitores conscientes e bem informados são formadas, correntemente, pela influência direta de fake news, ou, mais gravemente, manipuladas por empresas privadas pagas para coletar, sem autorização, dados de usuários de redes sociais e induzir, de acordo com o perfil pesquisado, deliberações que favoreçam o candidato ou partido contratante (PEREIRA, 2020, p. 127-128).

A nova direita constrói a ideia, no imaginário social, de que a esfera política é espaço de manipulação e corrupção, e que tudo que é público e coletivo deve ser eliminado. A solução que a classe dominante incorpora para eliminar o incômodo que a democracia representa aos seus interesses perpassa pelo dismantelamento do processo democrático por meio de discursos mentirosos e movimentos de despolitização. A estratégia utilizada pelas direitas nos últimos anos é de utilização das tecnologias e das ferramentas sociodigitais como mecanismos de distração, superficialidade, manipulação e despolitização, em que se elimina a consciência política, crítica, de pensamento e reflexão, e insere os sujeitos em bolhas algorítmicas de pessoas com pensamentos semelhantes, o que torna-os impermeáveis às mudanças e às diferenças.

Quanto às tecnologias, Siqueira (2020) sinaliza que as ferramentas tecnológicas possuem a capacidade de viabilizar um crescimento exponencial do consumo por meio da supressão das limitações de ordem espacial e do monitoramento dos dados e construção de perfis de consumo dos clientes e potenciais clientes. Ademais, além de serem empregadas para aumentar a eficiência na produção de bens e serviços, reduzir custos e aumentar a produtividade, as tecnologias são utilizadas pelo capitalismo como estratégia de transformação da consciência das pessoas, dos desejos, dos sentimentos, dos comportamentos, das percepções, das sensações e da própria essência, em que tudo se transforma em mercadoria e consumo, desde o momento de produção até o momento do ócio e diversão.

É preciso pensar, portanto, o poder das tecnologias e a real ameaça à democracia. Foi construído em solo brasileiro com o avanço da nova direita um amplo sistema de desinformação, como potente, bem estruturada e sistematizada arma política e eleitoral (SANTANA, 2023; VON BÜLLOW, 2024). Foram produzidos, circulados, consumidos e reproduzidos deliberadamente



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

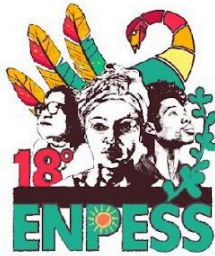
Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

conteúdos falsos, de questionamento e ataque à confiabilidade do sistema eleitoral brasileiro, assim como violência política, ódio, ideologias autoritárias e, portanto, ataques ao próprio regime democrático. Santana (2023) denomina tal articulação como um poderoso "ecossistema de desinformação", financiado pelo empresariado, para produção deliberada, organizada e intencional de conteúdos falsos e mentirosos. Não se trata de um processo aleatório de emissão de mensagens equivocadas, mas de um processo deliberado de construção de fake news para disputar significados da realidade, a influência da opinião pública e da construção de um novo inconsciente coletivo.

A tecnologia, como produto social do desenvolvimento do capitalismo, é criada e desenvolvida para responder a uma sociedade com determinados interesses. O que fica claro é a condução das ferramentas sociodigitais para degradação da democracia, com implicações apenas no voto, no processo eleitoral, mas no controle do modo de pensar e agir dos indivíduos. Burgaya (2020) indica que a política atualmente tornou-se a política do espetáculo, de uma atuação teatral e caráter performático de esvaziamento do conteúdo crítico e político para uma atuação com superficialidade e distração. Há o desmantelamento da noção do coletivo e do comunitário para o enraizamento, cada vez maior, do individualismo.

As estratégias de uso das ferramentas sociodigitais por meio da disseminação rápida e difícil controle das fake news cria um cenário perigoso para a democracia no Brasil e no mundo. Morozov (2018) traz a reflexão sobre o modelo de negócios das grandes corporações, em que não é relevante se as mensagens disseminadas nas plataformas sejam verdadeiras, já que basta que viralizem e gerem lucro. O autor sinaliza que a verdade passa a ser o que gera mais visualizações, e o que ficou claro, nos últimos anos, é que o ódio, a violência, o preconceito, infelizmente vendem mais que a solidariedade, a criticidade, a ciência.

É preciso, urgentemente, refletir e compreender o papel que as tecnologias desempenham na nossa sociedade e quais os impactos no debate público e político, assim como refletir quais as implicações para a proteção social, as políticas sociais e os direitos sociais. A nova direita disputa não somente a economia com sua política neoliberal de contrarreformas, desfinanciamento das políticas sociais e desmonte na condução do Estado, mas também os espaços culturais e sociais com a política neoconservadora de ataque ao social, ao público e à democracia, agora com a estratégia de utilização das ferramentas sociodigitais para disseminação do ódio, violência, preconceito e intolerâncias. Pereira (2020, p. 123-124) chama a atenção que "antes de chegar ao poder, a nova direita penetra nas instituições mercantis, como comércios e empresas em geral, e



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

não mercantis, como famílias, igrejas, escolas e agremiações diversas". É necessário que compreendamos os métodos de penetração da nova direita nos espaços e consciências.

Reflexões conclusivas

No Brasil, a nova direita está em reorganização e aprimoramento de suas estratégias há alguns anos. Desde as jornadas de junho de 2013, do golpe de 2016, até aos recentes ataques à democracia no dia 08 de janeiro de 2023, fica claro a dificuldade dos setores progressistas em analisar esse avanço neoconservador e a utilização das ferramentas sociodigitais como ferramenta política. A política neodireitista destrói políticas sociais, direitos sociais e ameaça a democracia por meio da estratégia de esvaziamento da política, do diálogo, da reflexão crítica, e substitui por discursos aligeirados, rasos e odiosos.

Tendo em vista que as tecnologias não são neutras, é preciso não só compreender as estratégias da nova direita, mas também disputar as tecnologias para que sejam utilizadas a favor da democracia e dos direitos, e não contrariamente. Para isso, é necessária a articulação para que o poder público institua uma regulamentação das ferramentas sociodigitais e tenha um controle sobre o compartilhamento de conteúdos mentirosos e de ataque ao Estado Democrático de Direito.

Observa-se que as políticas sociais, sob avanço da nova direita, assumem uma estrutura fragmentada, focalizada, estigmatizante e residual. Para garantir condições dignas de vida para a classe subalterna e emancipação humana, é necessário compreender as estratégias operadas pela nova direita, para assim organizar a classe trabalhadora na luta pela superação do capitalismo. Além da compreensão das formas de atuação da nova direita, das estratégias de utilização das ferramentas sociodigitais, é preciso elucidar a incompatibilidade do capitalismo com a plena democracia, ou seja, a sua plena concretização implica na superação da ordem capitalista. Enquanto isso, a luta deve ser para garantir condições básicas de vida na perspectiva de direito, com um sistema de proteção social universal com políticas sociais estratégicas, com orçamento, controle social, compromisso e responsabilidade.

Referências Bibliográficas

AVRITZER, Leonardo. Impasses da democracia no Brasil. 1. ed. - Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016.



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

_____. O pêndulo da democracia. São Paulo, Todavia, 2019.

BEHRING, Elaine; BOSCHETTI, I. Política social: fundamentos e história. 9. ed. - São Paulo: Cortez, 2011.

BURGAYA, Josep. O enfraquecimento da noção de cidadania. Rumo a uma democracia iliberal. In: PEREIRA-PEREIRA, Potyara Amazoneida (org). Ascensão da nova direita e colapso da soberania política: transfigurações da política social. São Paulo: Cortez, 2020.

DEMIER, Felipe. Depois do golpe: a dialética da democracia blindada no Brasil. Rio de Janeiro: Manual, 2017.

FILGUEIRAS, Luiz e DUCK, Graça. O neoliberalismo neofascista do governo Bolsonaro e os desafios para a esquerda. Marxismo21.org, 2019. Disponível: <https://marxismo21.org/wp-content/uploads/2019/12/Luiz-Filgueiras-e-Gra%C3%A7a-Druck.pdf>. Acesso em: 14 jul. 2023.

FONTES, Virgínia. O Brasil e o Capital Imperialismo - teoria e história. Rio de Janeiro, FIOCRUZ-EPSJV e UFRJ, 2010.

HARVEY, David. O neoliberalismo: história e implicações. São Paulo: Loyola, 2008.

_____. O novo imperialismo. São Paulo: Loyola, 2004.

IANNI, Octávio. A construção da categoria. In: Revista HISTEDBR On-Line. Campinas, número especial, p. 397-416, abr. 2011.

MANDEL, Ernest. A Crise do Capital: os fatos e sua interpretação marxista. São Paulo, Editora Ensaio, 1990.

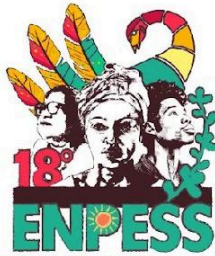
_____. O Capitalismo Tardio. SP, Abril Cultural, 1982. MARX, Karl. O capital: crítica da economia política: Livro I: o processo de produção do capital; São Paulo: Boitempo, 2013.

MELO, Carlos Ranulfo. Câmara dos Deputados 2022: direita tornou-se majoritária, esquerda e centro recuaram. In: AVRITZER, Leonardo; SANTANA, Eliara; BRAGATTO, Rachel Callai. (orgs.). Eleições 2022 e a reconstrução da democracia no Brasil. 1. ed. - Belo Horizonte: Autêntica, 2023.

MÉSZÁROS, István. A Crise estrutural do capital. São Paulo, Boitempo, 2009.

MIGUEL, Luís Felipe. O colapso da democracia no Brasil: da Constituição ao golpe de 2016. São Paulo, Sp: Fundação Rosa Luxemburgo/ Expressão Popular, 2019.

_____. A democracia na encruzilhada. In: JINKINGS, Ivana, DORIA, Kim, CLETO, Murilo (orgs.). Por que gritamos golpe? Para entender o impeachment e a crise política no Brasil. São Paulo: Boitempo, 2016.



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

MOROZOV, Evgeny. Big Tech: a ascensão dos dados e a morte da política. - São Paulo: Ubu Editora, 2018.

MOTA, Ana Elisabete. "Expropriações contemporâneas: hipóteses e reflexões". In: BOSCHETTI, I. (org). Expropriação e direitos no capitalismo. São Paulo: Cortez, 2018.

NETTO, José Paulo. Introdução ao Método do Estudo de Marx. São Paulo: Expressão Popular. 2011.

OSÓRIO, Jaime. O Estado no centro da mundialização: a sociedade civil e o tema do poder. São Paulo: outras expressões, 2014.

PEREIRA, Camila Potyara. Proteção Social no Capitalismo: críticas a teorias e ideologias conflitantes. São Paulo: Cortez, 2016.

_____. Nova direita, corporocracia e política social. In: PEREIRA-PEREIRA, Potyara Amazoneida (org). Ascensão da nova direita e colapso da soberania política: transfigurações da política social. São Paulo: Cortez, 2020.

PEREIRA-PEREIRA, Potyara Amazoneida. Reestruturação perversa dos fundamentos éticos da política social: do *ethos* solidário à moral egoísta. In: PEREIRA-PEREIRA, Potyara Amazoneida (org). Ascensão da nova direita e colapso da soberania política: transfigurações da política social. São Paulo: Cortez, 2020.

SANTANA, Eliara. Ecosistema de desinformação se consolidou com o bolsonarismo. In: AVRITZER, Leonardo; SANTANA, Eliara; BRAGATTO, Rachel Callai. (orgs.). Eleições 2022 e a reconstrução da democracia no Brasil. 1. ed. - Belo Horizonte: Autêntica, 2023.

SIQUEIRA, Marcos César Alves. Pós-modernidade, tecnologias e novas relações de consumo. In: PEREIRA-PEREIRA, Potyara Amazoneida (org). Ascensão da nova direita e colapso da soberania política: transfigurações da política social. São Paulo: Cortez, 2020.

VON BULOW, Marisa. Eleições 2022 nas redes sociais: notícias falsas e muito mais. In: AVRITZER, Leonardo; SANTANA, Eliara; BRAGATTO, Rachel Callai. (orgs.). Eleições 2022 e a reconstrução da democracia no Brasil. 1. ed. - Belo Horizonte: Autêntica, 2023.